

ATA DA 4ª. REUNIÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2016/2018  
REALIZADA EM SETE DE DEZEMBRO DE 2016.

No dia sete do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às nove horas, realizou-se a Quarta Reunião Ordinária – biênio 2016/2018 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN - Praça dos Expedicionários, nº 10 - Gonzaga – Santos – SP - Santos – SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 3ª reunião; 2 – Eleição dos representantes do Comdema para o Fundo Municipal de Preservação e Recuperação do Meio Ambiente; 3 - Resultados das análises das Câmaras Técnicas sobre serviços de Capinação; 4 - Resultados das análises das Câmaras Técnicas sobre Pesca na Baía de Santos; 5 - Apresentação – Levantamento da Eficiência Energética Solar na Cidade de Santos– Secretaria de Meio Ambiente; 6 – Comunicados da Secretaria; 7 - Assuntos Gerais. Compareceram à reunião os seguintes representantes: Viviane Amaral Ferreira/SEMAM I; Márcio Gonçalves Paulo e Luiz Otávio de Almeida Castro – SEMAM II; Marcos Pellegrini Bandini - SESEG; Telma Alves – SEDUC; Pedro Paulo de Mello S. Lima – SEMES; Mariana Munayer – SETUR; Paulo Antonio Fritelli – SMS; Edinaldo Cirino dos santos - SESERP; Juliana M. S. Freitas – SEDURB; Frederico Abdalla e Yedda C.M. Sadocco-SEPORT; Ana Paula – COHAB; Marly Cimino – Prodesan; Renato Carvalho – CET; Cintia Miyaji – UNIMONTE; Cleide Barbieri –UNILUS; Maria Fernanda Britto Neves– UNISANTOS; Alba G. Kannebly – ACS; Ademar Salgosa – CREA; Eduardo Lustoza e Domingos Tringali - AEAS, ; Fábio Antonio Boturão e José Roberto Fernandes - ASSOC. SURF; Renato Prado e Ibrahim Tauil – CONCIDADANIA. Foram justificadas as ausências de: SEFIN, CIESP e OAB. Participaram os convidados: Arlindo Manoel Monteiro/Codesp, Fabrício Cardoso/CMS, Ana Paula Garcia de Oliveira/Inst.Florestal-APAME; Lúcio Fagundes e Sergio Tutui/Inst.Pesca; Josivaldo da Silva/Assessor Parlamentar da CMS; Anderson Peres Rodrigues/munícipe; Nicolas Araújo Fiedler/munícipe; Marina Haydes/munícipe; Marcus Fernandes/SECOM. O presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros presentes e os convidados. Perguntou sobre os candidatos à representação do Comdema no Fundo de Meio Ambiente. Sra. Norma/Unisantos candidatou-se na reunião anterior, mas não confirmou sua participação. O presidente sugeriu que se preencha a vaga para o caso do Fundo precisar se reunir durante o recesso. Sra. Cintia/Unimonte candidatou-se, ao menos pelos próximos dois meses, já que lecionará no mesmo horário. Sr. Ademar iniciou os assuntos discutidos pelas Câmaras Técnicas. Quanto ao serviço de capinação, foi enviado ofício a Sesarp recomendando paralisação enquanto os estudos não são finalizados. Sra. Patrícia apresentou casos de outras cidades em que isso aconteceu. Sr. Domingos citou que mudaram o produto para um não agrícola e por isso será necessária outra reunião. Sr. Ibrahim/ Concidadania citou legislação federal e disse que a resposta do prefeito em exercício em 2011 à Câmara Municipal foi que não era nocivo. Sr. Renato/ Concidadania perguntou quem é o engenheiro agrônomo que está assinando, o que incorre em uma grande responsabilidade. No assunto seguinte, Sr. Ademar explicou que o assunto é mais complexo do que parece. Foi deliberado pela União tirar essa região de Santos - São Vicente da APA Marinha por causa do canal onde transitam os navios, a fim de que uma legislação não interfira na outra. A sugestão é regulamentar a pesca, que já é fiscalizada pela Polícia Ambiental de acordo com a legislação federal, mas com critérios da APA que são um pouco mais rigorosos, e este seria o ganho. Sra. Ana Paula/ APA explicou que em breve haverá mudança sobre o arrastão de praia. Sr. Ademar participou de reunião da Agem e percebeu que não é o caminho, sugeriu voltar a reunir o grupo técnico. Sr. Sérgio disse que grande entrave se dá porque o ambiente engloba dois municípios e se a legislação for diferente, os critérios para fiscalização complicarão. Em Santos é preciso definir os locais com restrição e quem fiscalizará. Em seguida, Sr. Marcio Paulo disse que o ICMS ecológico poderia ser depositado no Fundo de Meio Ambiente, cerca de R\$ 1 milhão e meio, que seriam bem absorvidos pelos projetos. O presidente solicitou que seja enviado ofício para Sefin, Câmara e prefeito. Sr. Ibrahim subscreveu e lembrou que foi enviado um ofício pela Câmara e responderam que o Fundo já possui recursos. Também explicou que há projetos aprovados e o processo está retornando em breve do departamento jurídico, devem ser assinados em janeiro. Sr. Renato lembrou que foram 52 tramitações desde abril, lastimável ainda não terem resolvido e iniciado os projetos. Sendo que com o novo Marco Regulatório, poderão acontecer mudanças na legislação. Sr.

Ademar ressaltou, quanto ao assunto pesca na Baía de Santos, que as balsas que lançam fogos de artifício no Ano Novo abandonam as âncoras, que ficam depositadas no fundo do mar, problema levantado pelo representante dos pescadores que teve redes rasgadas e pelo representante do Instituto de Pesca durante a última reunião da Câmara Técnica. Sr. Frederico/Seport disse que acompanha de perto a contratação das balsas e consegue apurar com a empresa se está realmente acontecendo, pois em sua opinião são pertences que devido ao custo não seriam abandonados. Sobre o necrochorume, Sr. Ibrahim informou que a Câmara enviou requerimento solicitando medidas de prevenção de contaminação do lençol freático e que a USP pesquisou o solo no cemitério da Areia Branca. A lei municipal está sendo cumprida, mas além do solo ser poroso, apresenta radioatividade devido às pessoas que foram enterradas após tratamento com radioterapia. Sr. Eduardo Lustoza lembrou que antigamente não existiam esses cuidados pois não havia os problemas e a sugestão é que se criem novas alternativas, como cemitérios verticais municipais, mais segurança ambiental, com cremação pública. Sra. Viviane/Semam sugeriu convidar o responsável pela área de cemitérios para esclarecer como funciona. Em seguida, Sr. Fábio/ASS relatou o aumento significativo de resíduos sólidos fluando no mar, apesar do recolhimento, e ressaltou o trabalho do Sr. Nicolas com ecobarreiras, com benefícios tanto visuais como para a vida. Senhor Nicolas explicou que sua empresa reformulou o projeto e em breve poderão apresentá-lo. O presidente disse que já se colocou à disposição e assim que estiver pronto pode apresentar ao Comdema. Sr. Eduardo já o analisou e sugeriu apresentar ao Fundo de Meio Ambiente. Sr. Frederico também observou que a quantidade é enorme devido à favelização e sugeriu ao Sr. Nicolas anexar estrutura de mudança de cultura por meio de Educação Ambiental. Sra. Cintia disse que objetivo da coleta no Dia Mundial de praias limpas também inclui a identificação da origem dos resíduos. A própria Semam realiza o trabalho, inclusive entrevistando os moradores sobre suas dificuldades. Sr. Marcus/Semam disse que há um trabalho na Unisanta sobre o assunto e as influências das correntes marinhas. Seria interessante costurar essas opções e ações. Sr. Ademar explicou que a questão é de caráter metropolitano, a favela está no lugar errado e além do esgoto a céu aberto, há pendência da Sabesp quanto à reurbanização com saneamento. Sr. Dionísio sugeriu formar cooperativas de reciclagem nas favelas. Quanto ao IPTU verde, manter o assunto nas próximas reuniões. Sr. Ademar disse que na última reunião sobre a capinação, foi trazida uma jurisprudência pela Sra. Patrícia/OAB sobre o mesmo caso em Guarulhos, enviado por e-mail e que precisará ser discutido com mais profundidade. Sobre resíduos, Sr. Ibrahim sugeriu que a Seduc e a Semes organizem campanhas em grandes eventos esportivos para que as pessoas recolham os que produziram durante os jogos. Sr. Ademar lembrou que nas feiras livres em São Paulo os próprios feirantes embalam os alimentos no final da feira e observou que nas coletas de recicláveis há atravessadores de outras cidades que passam antes dos oficiais. Sr. Marcio Paulo sugeriu coibir. Sr. Ademar perguntou se o ideal é coibir ou incentivar. Sr. Marcio Paulo continuou com a sugestão de coibir porque há um contrato e que as ONGs da cidade façam a triagem. Sr. Ademar ressaltou que é um sinal de que lixo dá dinheiro. Sra. Alba perguntou sobre o que acontece com o que não é aproveitado. Sra. Marly esclareceu que descartam nos municípios deles. Sr. Ademar disse que está faltando incentivo à indústria da reciclagem. Sr. Marcio Paulo lembrou que há ONGs em Santos, inclusive com projetos aprovados pelo Fundo de Meio Ambiente mas são poucas as entidades realmente regulamentadas para poderem participar desses editais. Sr. Ademar sugeriu enviar e-mail ao sindicato dos condomínios e que houve campanha de arrecadação de garrafas pet que foram transformadas em 300 vassouras. Sr. Marcio Paulo sugeriu apresentação pelo Sr. Paulo Matsumoto e Sr. Paulo Batista sobre as ações na estação de triagem conduzidas pela ONG COMARES. Sr. Eduardo ressaltou que não existe lixo, tudo se aproveita e é transformado em renda e energia, exemplificou com projeto de usina na região de Padre Manuel da Nóbrega, mas não há interesse político nem municipal, nem da Agem. Sra. Marly destacou que o contrato impõe limites. Sr. Marcio Paulo falou que tudo começa na redução do que é gerado, há pedidos para que o governo crie estrutura, dê subsídios, mas não há verba. Sr. Ademar lembrou que se for regulamentado é um custo sustentável. O projeto aprovado pela Petrobras em 2012 não aconteceu porque não havia local. Sra. Viviane citou o saneamento urbano que não permite instalação nos espaços disponíveis e precisa passar por todos os requisitos de uma instalação privada. Sr. Ibrahim sugeriu instalação de biodigestor com participação dos catadores e se colocou contra os incineradores. Em seguida, Sr. Ademar convidou Sr. Ernesto e os estagiários da Semam - Lauro, Fernanda, Luiz

Felipe, Isadora, não presente - para iniciarem a palestra sobre o potencial da cidade para utilizar eficiência energética solar e solicitou que Sr. Eduardo Lustoza o substituísse na presidência dessa reunião, pois necessitou ausentar-se. Sr. Ernesto lembrou que os estudantes já estão à disposição no mercado e que a apresentação em Power Point será enviada por e-mail. Explicaram que a radiação do Brasil é maior que da Alemanha, país em que a técnica é bem desenvolvida. Destacaram a desvantagem da energia termoelétrica por causa da liberação de gases de efeito estufa, alteração da qualidade do ar e da água. Da hidrelétrica por desviar o fluxo de rios, inundar terrenos e prejudicar a fauna e a flora. Sr. Eduardo lembrou que também altera o lençol freático e cria peso na massa tectônica. Os palestrantes explicaram que a durabilidade do sistema é de 25 anos e acrescenta valorização no imóvel. Comparando com aplicação do mesmo valor em CDB e CDI, é bem mais vantajoso. É conectado à rede de energia e apenas na zona rural é preciso instalar uma bateria. Quando não há captação de energia do sol, o sistema pede emprestado da distribuidora e quando sobra, empresta para ela. Possui garantia de 60 meses e pesa de 12 a 17 quilos por metro quadrado. Mostraram um estudo no educandário Anália Franco. Para instalar, uma análise documentada é enviada a CPFL que é obrigada a aceitar, determinando o tipo e a quantidade de consumo. É automático, o relógio registra e aparece discriminado na conta de luz. Sr. Fabrício/ Câmara Municipal perguntou se seria suficiente para refrigerar uma universidade, o que eles afirmaram. Achou interessante o pay back sobre o investimento, pago em três ou quatro anos e que o ônus dura mais de 21 anos, ainda com expectativa de custo menor e vida útil maior, com o avanço da tecnologia. Sr. Ibrahim sugeriu apresentar para ser instalado no telhado da Câmara Municipal e nas escolas. Sr. Marcus perguntou sobre a capacidade do estudo, composto de 90 painéis, explicaram que essa quantidade é suficiente para época de pico no verão com o ar condicionado e refrigeração. Sra. Cintia sugeriu apresentar a Unimonte e colocou a universidade à disposição. Sra. Alba perguntou se já existe na Baixada Santista e disseram que ainda não. Sr. Eduardo lembrou que esse sistema elimina transmissão e distribuição de energia, diminuindo o impacto ambiental e a despesa. Sr. Marcus informou sobre um condomínio com sistema solar na Bahia e enviará o link sobre a matéria. Sr. Domingos perguntou sobre o ICMS o que os palestrantes desconhecem. Sr. Marcus disse que já há uma fábrica de equipamentos fotovoltaicos no Brasil, o que pode diminuir os custos. Sr. Eduardo informou que os novos sistemas mais eficientes estão sendo construídos com grafeno no lugar do silício. Sr. Paulo perguntou a diferença para a termosolar e explicaram que essa serve apenas para aquecer a água. O presidente agradeceu aos palestrantes e a todos que compareceram, desejando um feliz 2017 aos presentes. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo Presidente do COMDEMA, Ademar Salgosa Junior.

ADEMAR SALGOSA JUNIOR  
Presidente do COMDEMA

SANDRA CUNHA DOS SANTOS  
Secretária